

REDE DE MONITORAMENTO TERRITORIAL INDEPENDENTE

4º Encontro do Grupo de Colaboração (GC) sobre Incidência

Data: 16 de agosto de 2022

Local: Zoom

Participantes: Adenilson Poró Borari (Povo Borari); Andreia Fanzeres (OPAN); Brent Millikan (FGVces); Camila Perussi (Uma Gota de Esperança); Danielli (CPI - Acre); Emily Costa (Uma Gota de Esperança); Guillermo Estupinan (WCS); Gustavo Zullo (IAP); João Andrade (GT Infra); Juan Carlos Salinas; Julio Grillo; Kena Chaves (FGVces); Luciane Moessa (SIS); Marcelo Horta; Maria Isabel (Greenpeace); Mariel (ISA); Merel Van Der Mark (Forests and Finance); Monica Prestes; Pedro Bara; Renato Rocha (OPAN); Ricardo Carvalho (OPAN); Samir Luna (FGVces); Tainá Holanda (FGVces)

Experiência compartilhada: Forests and Finance.

Objetivos: Fomentar a troca de experiências e discutir estratégias de incidência em defesa de territórios e direitos, focadas em bancos e investidores, associadas a empresas de mineração, pecuária e soja.

Relato da reunião:

Abertura

Após as boas vindas, Tainá Holanda e Brent Millikan, representando o FGVces, deram início ao quarto encontro do ciclo temático de trocas sobre Incidência no Contexto de Mineração, iniciativa da Rede MTI que prevê a troca de experiências sobre estratégias de incidência em contextos de mineração e garimpo ilegal para proteção de territórios ameaçados na Amazônia.

Na abertura, Brent relembrou dos três eixos estratégicos que têm orientado a atuação da Rede (Fortalecimento de organizações; Comunicação e produção de conhecimento; e Incidência sobre Financiadores, Estado e Empresas). Destacou que as formas de incidência que estamos discutindo tipicamente envolvem: i) apoio à implementação de estratégias comunitárias de manejo e gestão territorial, no âmbito de políticas públicas, e ii) enfrentamento de ameaças a territórios e direitos - envolvendo ações preventivas e responsabilização por danos socioambientais. No segundo caso, as ameaças incluem, entre outras, grandes obras de infraestrutura (nos setores de transporte e energia); mineração e garimpos, pesca, exploração madeireira, pecuária, soja mecanizada e grilagem de terras públicas (muitas vezes territórios comunitários não regularizados).

Brent lembrou dos três encontros já realizados pelo Grupo de Colaboração (GC) Incidência da Rede, que tem focado sobre garimpos e a mineração industrial, em que foram apresentadas iniciativas das seguintes organizações e convidados:

- **1º encontro (abril):** I. Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) - Charles Trocate; II. Observatório da Mineração - Mauricio Ângelo; III. Alessandra Korap (Associação Pariri do Povo Munduruku e Federação dos Povos Indígenas do Pará - FEPIPA)
■ Rede MTI_Relato 20_04_2022_Incidência no Contexto de Mineração.pdf
- **2º encontro (maio):** I. Monitoramento de Processos Minerários (Renato Rocha - OPAN); Calculadora dos Impactos de Garimpo Ilegal de Ouro (Leo Bakker - CSF Brasil)
■ Encontro RMTI_11.05.2022_Incidência no Contexto de Mineração.pdf
- **3º encontro (junho):** I. Caso Potássio do Brasil (Herton Mura - Povo Mura e OLIMCV); II. Caso Belo Sun (Verena Glass, Movimento Xingu Vivo para Sempre)
■ Encontro RMTI_15/06/2022_Incidência no Contexto de Mineração.pdf

Foi lembrado que, para esse quarto encontro, a previsão era de contar também com uma apresentação por Sérgio Leitão do Instituto Escolhas sobre estratégias de incidência relacionadas a cadeias do ouro, em contextos que tipicamente envolvem a exploração ilegal em garimpos, inclusive localizados em territórios indígenas e outras áreas protegidas na Amazônia. Infelizmente, Sérgio teve um imprevisto de última hora e não pôde participar do evento.

Em seguida, Merel Van Der Mark, da Forests and Finance (F&F), apresentou a iniciativa que busca monitorar e construir estratégias de campanhas de incidência relacionadas às atividades de mineração, produção de gado e de soja, com ênfase no papel dos bancos investidores. Após a apresentação, a debatedora Luciane Moessa, da organização Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS), comentou as estratégias apresentadas à luz de suas experiências acadêmicas e profissionais na área.

1) Apresentação - Florestas & Finanças (Merel Van Der Mark)

Merel Van Der Mark iniciou sua apresentação pontuando a falta de informação e dados acessíveis sobre os investimentos na cadeia da mineração, especialmente no caso de garimpos, quando comparada com outras cadeias produtivas de commodities do setor agropecuário, como as cadeias de gado e soja. Desse modo, Merel optou por abordar, em sua apresentação, a questão dos investimentos realizados por bancos para financiar a produção de commodities por grandes mineradoras industriais e empresas do agronegócio no Brasil e em outros países do Sul Global, de forma mais geral.

A Florestas & Finanças (F&F) é uma iniciativa fundada por uma coalizão de oito organizações da sociedade civil, que realizam pesquisas e (ou) incidência política em temáticas socioambientalistas. O objetivo da iniciativa é impedir que instituições financiadoras facilitem ou apoiem abusos ambientais e sociais relacionados à produção de commodities e ao desmatamento. Para tanto, busca monitorar os fluxos de investimentos e

elaborar critérios para embasar campanhas de melhores práticas, regulamentações e políticas públicas voltadas ao setor financeiro. A organização tem como foco geográfico as três principais regiões de florestas tropicais na América do Sul (incluindo a bacia amazônica), África (com foco para a bacia do Congo) e o Sudeste da Ásia; tendo como foco temático as principais cadeias produtivas que apresentam riscos socioambientais: pecuária; soja; papel e celulose; madeira; óleo de palma; borracha; e mineração.

Como resultado do mapeamento feito pela iniciativa, foram identificadas, em escala global, as 300 maiores empresas de commodities do agronegócio, e as 22 maiores empresas de mineração industrial. Desse total, apenas metade das empresas atua no Brasil. Como fonte para o levantamento, são utilizados bancos de dados pagos e de acesso restrito, além de portais de transparência governamentais, relatórios das empresas e de analistas. Nesse sentido, a iniciativa fomenta a divulgação e o acesso amplo aos dados, por meio de uma plataforma aberta. Entre os exemplos de dados monitorados, Merel citou a localização dos bancos financiadores das principais empresas de mineração que atuam no Brasil, estando a maior parte de suas sedes concentrada na América do Norte e na Europa. Também comentou, como exemplo, os principais bancos que financiaram a empresa Vale entre 2016 e 2022, estando em primeiro e segundo lugar o Bank of America (EUA) e o Citigroup (EUA), respectivamente. Entre os bancos citados, não há nenhum banco brasileiro, sendo a maioria formada por bancos dos Estados Unidos, Canadá e Japão.

A partir dos dados monitorados e divulgados, a F&F objetiva apoiar comunidades e povos impactados pelos empreendimentos, a partir de estratégias diversas que envolvem: diálogo com financiadores e investidores; campanhas públicas; litigância e regulação (fortalecimento do marco regulatório). Para isso, a iniciativa também monitora políticas e acordos voluntários adotados pelos bancos que possam estar sendo desrespeitados, referentes a temas como a obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado (Convenção 169 da OIT); alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da ONU (inclusive sobre o trabalho escravo) desmatamento ilegal, e metas nacionais de redução de gases de efeito estufa, entre outros.

Nas estratégias de incidência junto a bancos financiadores, são salientados os riscos envolvidos no financiamento da empresa em questão, como o risco financeiro, pois o conflito pode gerar atrasos no cumprimento do acordo financeiro da empresa em relação ao banco; e o risco reputacional, pois a divulgação midiática de impactos e danos ocasionados pode ser atrelada aos bancos investidores. São, também, apresentadas demandas aos investidores, como a melhoria e (ou) mudança de acordos e políticas internas; o desinvestimento em determinadas empresas; o posicionamento público sobre temas com relevância para a agenda socioambiental; etc.

Por fim, Merel explicou que, nos casos em que as estratégias citadas não apresentam resultados imediatos, por parte de empresas, a organização F&F adota a estratégia baseada em campanhas públicas, por meio da exposição do banco investidor na mídia; assim como, por meio de cartas abertas, protestos, mobilizações e petições em

âmbito nacional. A título de exemplo, Merel apresentou alguns casos bem sucedidos de incidência, como campanhas de litigância e responsabilização de financiadores.

2) Debate - Luciane Moessa (SIS)

Após a apresentação, Luciane Moessa comentou diferentes aspectos abordados durante a apresentação de Merel que se relacionam com a temática mais ampla da incidência em contextos de mineração e garimpo na Amazônia. De início, ressaltou que a incidência sobre bancos financiadores é complexa e deve ser adaptada a cada caso, considerando que o financiamento pode se dar de diferentes maneiras com base em objetivos distintos, entre eles a concessão de créditos ou o investimento em um empreendimento específico. Recuperando dimensões abordadas em sua pesquisa de doutorado, Luciane comentou que o campo da mineração no Brasil é altamente financiado pelo mercado de capitais, a exemplo da empresa Vale, que conta com participação da Previ (fundo de pensão do BB) e do Bradesco, entre outros. No caso da Samarco, metade do capital é da Billiton. Argumenta que os crimes cometidos em Mariana e Brumadinho não devem ser avaliados de forma restrita, pois suas consequências estendem-se a territórios muito maiores que a localidade específica do 'acidente', como no caso do Rio Doce e o desastre de Mariana. Ressaltou que é importante acompanhar a compra e a venda das empresas, que se movimentam também de acordo com o fluxo dos investimentos e cotações na bolsa de valores.

Em seguida, a debatedora apontou, também, para a dificuldade de impedir que novas fontes de financiamento cheguem a empresas responsáveis por desastres e crimes socioambientais, uma vez que a lucratividade do investimento permanece sendo o ponto chave para os investidores. Desse modo, a responsabilização dos bancos financiadores pelos danos causados por empresas e empreendimentos por eles financiados se apresenta como uma estratégia importante, podendo incidir especialmente sobre dois níveis: I. responsabilidade civil (reparação de danos); II. responsabilidade administrativa (estratégia ainda inviável no contexto brasileiro, considerando instituições financeiras). Luciane destacou um projeto da SIS que tem como meta criar uma taxonomia de impactos ambientais e sociais de atividades econômicas para o setor financeiro, onde ela lidera o trabalho sobre o setor de mineração. A ideia é criar uma 'taxonomia sustentável' para orientar a atuação de empresas, financiadores e investidores nas cadeias produtivas. Lembra que as empresas têm mais contato com a cadeia produtiva, e que falhas em processos de licenciamento ambiental criam dificuldades para os agentes financeiros que tipicamente não incidem sobre eles.

Rodada de comentários e perguntas:

Após as apresentações, os demais participantes contribuíram com comentários e perguntas. Ao longo do debate, foram abordadas, entre outras questões: a eficácia as estratégias de incidência sobre investidores a partir da influência sobre acionistas, por exemplo; a importância de se compreender quais políticas são de fato satisfatórias no

âmbito da regulação dos investimentos a empreendimentos e empresas que atuam com commodities e podem acarretar riscos socioambientais. Também foi questionado se existe e qual o grau de envolvimento dos povos e comunidades, cujos territórios encontram-se ameaçados por empreendimentos e pressões, no processo de construção de ações de incidência sobre financiadores.

Sobre os pontos acima, Merel salientou que, no âmbito da incidência política, deve ser formulada uma estratégia específica para cada contexto e situação. Dessa forma, considera que não é possível definir, a priori, uma estratégia única que seja mais eficaz do que as demais. Além disso, explicou que o nível de eficácia de cada estratégia também varia de acordo com a escala em que a mesma está situada: há casos em que uma estratégia é pouco eficaz em nível local, mas bastante eficaz em nível global. Sobre a avaliação de políticas internas dos bancos, Merel explicou que a F&F analisou mais de 300 instituições financeiras, a partir de 35 critérios elaborados para avaliar sua efetividade do ponto de vista ambiental, social e de governança. Contudo, alerta que as políticas de investimento em mineração foram, até o momento, pouco analisadas.

Os participantes comentaram, ainda, a importância e o potencial de se trabalhar a incidência política sobre investidores e acionistas de instituições financeiras por toda a cadeia produtiva, isto é, de ponta a ponta, de modo a gerar resultados mais consistentes. Sobre esse aspecto, Luciana apontou a relevância de incidir sobre os investidores, para que cobrem das empresas investidas que monitorem riscos e danos socioambientais por toda a cadeia produtiva. Luciane chamou a atenção, ainda, para o problema básico da não divulgação dos locais de atuação das empresas, algo que seria fácil de ser sanado, em teoria, como avanço na transparência, mas que envolve aspectos específicos da legislação brasileira que fragiliza ainda mais territórios ameaçados e dificulta o monitoramento dos impactos e danos ocasionados na ponta.

Julio Grillo destacou os conflitos de interesses em Minas Gerais com deputados financiados por mineradoras que atuam sobre a regulação do setor, e as tendências de sub-dimensionar gravemente riscos ambientais, e exemplo dos impactos da mineração sobre aquíferos que abastecem toda região metropolitana de Belo Horizonte.

Por fim, os participantes perguntaram como a F&F trabalha nas três regiões mencionadas, quais padrões verificadas no setor da mineração e como os resultados são analisados, considerando possíveis intercâmbios de estratégias ou comparações possíveis. Em resposta, Merel comentou que os bancos europeus possuem os critérios de monitoramento de riscos e impactos socioambientais mais robustos, ao passo que os bancos asiáticos possuem critérios mais frágeis. Os participantes refletiram, ademais, sobre o potencial de *greenwashing* do setor financeiro que investe em empresas atuantes no setor mineral ou produtoras das principais commodities, pontuando a importância de construir critérios para diminuir tal risco.

Para quem deseja se aprofundar em padrões adequados para o setor de mineração, vale conferir o site da Responsible Mining Foundation
<https://www.responsibleminingfoundation.org/>

Encaminhamentos

- Manter contato e explorar possibilidades de colaboração com a F&F e SIS em atividades futuras de incidência da RMTI
- Organizar o 5º encontro do ciclo de trocas em setembro;
- Avançar na formulação de uma proposta de sistematização dos debates e enviar para todas as organizações participantes:

Materiais e links compartilhados

- Apresentação Forests and Finance: ■ Forests and Finance - 16.08.22.pdf ;
- Avaliação de Políticas de Instituições Financeiras (Forests and Finance): <https://forestsandfinance.org/pt/bank-policies/>;
- Forests and Finance: <https://forestsandfinance.org>;
- “Inequality is a Systemic Risk”: <https://thetifd.org/>;
- National Contact Points (OECD): <https://www.oecd.org/investment/mne/ncps.htm>;
- Overview: closed complaints on banks (exemplos de reclamações contra bancos nos NCPs do OECD)
- https://www.banktrack.org/campaign/overview_closed_complaints_on_banks;
- Site da Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS): <http://www.sisctm.com.br/pt/home/>;